PUBLICIDADE LEGAL

*IJ*CK MÁQUINAS S/A

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os acionistas da Linck Máquinas S/A ("<u>Companhia"</u>) a se reunirem em assembleia geral ordiná ria da Companhia, que será realizada no dia 16 de junho de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia situada na Avenida das Indústrias, nº 500, Bairro Industrial, CEP 92.990-000, no Município de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A assembleia geral terá a seguinte ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (III) Fixar a remuneração global anual da administração. Os documentos e informações relacionados à ordem do dia da assembleia geral estão disponíveis na sede da Companhia e as demonstrações financeiras também estão disponíveis por meio digital seguro, no sítio eletrônico do jornal utilizado para as publicações da Companhia, com acesso através do link que segue: <a href="https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=!%2BqzvaiBvttbsfxBHD0hL8htZCL-B%2FOaQwLQq1CpX11.Z6102FyNt14DYy%2BWojtezZ. Para participar da assembleia geral, o acionista deverá apresentar: (a) cópia de documento de identidade do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista de do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista de do documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista de documento de identidocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista documento de identidoc situada na Avenida das Indústrias. nº 500. Bairro Industrial, CEP 92,990-000, no Município de Eldorado do

ocumento societário que comprove a adequada representação legal do acionista e do documento de iden dade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida tambén apresentação do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Eldorado do Sul, RS, 04 de junho de 2025.

Suzana Maria Matte Linck - Presidente



Impostos e

Imobilizado

Total do ativo

Intangível

IR e CS diferidos

Títulos a receber

contribuições a recuperar

Preiuízo (lucro) líquido do exercício

Total do resultado abrangente líquido dos impostos

Outros resultados abrangentes

MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A.

Sede: Rua Coronel Bordini, 1010 - Bairro Auxiliadora - Porto Alegre - RS CNPJ nº 88.301.155/0001-09







(42.999)

(23.167

(336 13.498 30.288

17.978

(80.000)(5.171)

48.266

nto (142.838

Cumprindo exigências legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e demais documentos referent ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - PELO MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em R\$ mil) BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil) 2023 PASSIVO 2024 ATIVO 202 2024 Circulante Circulante Empréstimos e financiamentos 43.461 45.081 Caixa e equivalentes de caixa 31.971 48.266 Mútuo entre partes relacionadas Instrumentos financ, derivativos 80.63 Contas a receber de clientes 124.454 121.049 3.184 17.590 Fornecedores nacionais 16.737 Estoques 141.232 217.396 Fornecedores estrangeiros Impostos e taxas a recolher 44.614 Impostos e contribuições 19.938 35.339 a recuperar 51.806 45.323 IR e CS a recolher 7.623 7.402 Adiantamento a fornecedores 578 1.316 Salários e encargos sociais 7.23 Dividendos a pagai Títulos a receber 5.000 5.000 Outras contas a pagar Total do passivo circulante 6.778 102.181 6.28 Outros ativos 3.595 2.34 240.693 358.636 Não circulante 440.69 Empréstimos e financiamentos 43.417
Provisão p/demandas judiciais 18.983 86.417 Não circulante 16.916 Realizável a longo prazo Passivo pós emprego Impostos e taxas a recolher 7.225 8.52 Depósitos judiciais 33.356 31.30 Outras contas a pagai

Total do passivo

Patrimônio líquido Capital socia

Reserva de capital

Reserva de incentivos fiscais

Reserva de retenção de lucros 188.621 118.420

não circulante

Reserva lega

13.798

45 008

5.000

1.030

39.181

245.505

95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

112

15.495

79.736

80.441 112.139

126.000 126.000

28

77.293 12.28

78.560

Total do ativo	Res. de lucro a disp. d		070 26.381					
não circulante	uido 503.							
Total do ativo	<u>685.837</u> <u>791.767</u>	Total passivo e do pat	r. líq. <u>685.</u>	<u>837</u> <u>791.767</u>				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Exercicios fi	ndos em 31 de deze	mbro de 2024 e 2023						
			2024	2023				
Receita operacional líqui			1.278.987	1.346.898				
Custos dos produtos vendi	idos		(1.056.476)	(1.148.043)				
Lucro bruto			222.511	198.855				
Receitas (despesas) opera	acionais							
Vendas			(107.891)	(104.092)				
Administrativas e gerais			(30.331)	(28.147)				
Outras Receitas operacion	nais		17.268	28.141				
Outras despesas operacio	nais		(16.216)	(14.868)				
Lucro antes do resultado	85.341	79.889						
Receitas financeiras			24.573	30.562				
Despesas financeiras			(22.098)	(38.792)				
Total das despesas financ	eiras líquidas		2.475	(8.230)				
Lucro antes dos impostos	sobre o lucro		87.816	71.659				
Corrente			(17.709)	(2.015)				
Diferido			(5.827)	(13.233)				
Total Imposto de renda e	contribuição social		(23.536)	(15.248)				
Lucro líquido do exercício)		64.280	56.411				
Lucro por de mil ações			0,51016	0,44771				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em R\$ mil)								
LAGICICIOS	maco or de dezem	510 GC 2027 6 2020 - (L	2024	2023				

	dezembro de 2024 e 2023		III <i>)</i>	V
1		2024	2023	ľŏ
7	Lucro líquido do exercício	64.280	56.411	re
4	Ajustes para conciliar o			ľ
0	lúcro líg. gerado pelas ativ. operado	C.:		la
4	Depreciação e amortização	27.730	24.755	re
9	Amortização ativo de direito de uso	281	268	
9	Provisão para demandas judiciais	4.652	326	е
ĭ	Provisão esperada para créditos			.,
8	de liquidação duvidosa	3.942	4.847	<u>s</u>
ŏ	IR e contribuição social diferidos	5.827	13.233	ir
<u>3</u>	IR e contribuição social correntes	17.709	2.015	а
ᅴ	Baixa de ativo imobilizado	185	1.776	С
7	Juros empréstimos	12.692	24.162	<u>e</u>
6l	Juros empréstimos parte relacionad		637	l
١-	Passivo pós emprego	10.704	037	С
5	Ganho na venda	10.704	-	re
1	de unidade comercializada		(228)	n
-	Juros sobre passivo de arrendament	to 59	(226) 84	С
ᆡ	Resultado não realizado	10 59	04	n
9		(0.171)	(7,000)	n
٥l	das operações com derivativos	(3.171) 149.424	(7.008)	е
	Variacãos pos stivos a possivos.	149.424	121.2/6	е
3	Variações nos ativos e passivos:			ir
	(Aumento) redução dos ativos:	(7.047)	00 000	ir
0	Contas a receber de clientes	(7.347)		d
0	Estoques	76.164		d
1	Adiantamento a fornecedores	738	35.826	n
5	Impostos a recuperar	(1.749)		u
7	Depósitos judiciais	(2.048)	. 451	v
	Outros ativos	(1.254)	11.156	lո
	Aumento (redução) dos passivos:			c
	Fornecedores		(250.111)	ľ'n
	Impostos e taxas a recolher	(16.701)		re
٠.	Outras contas a pagar	625	(8.525)	l'n
, I	Salários e encargos sociais	171	(6.644)	p
)	Provisão para demandas			þ
.	judiciais (pagamentos)	<u>(2.585</u>)	(1.923)	ľ
	Caixa gerado pelas			re
, I	atividades operacionais	150.192	34.297	ľ
)	IR e Contribuição Social Pagos	(10.815)	(4.319)	r
)	Caixa líquido gerado pelas			ď
	atividades operacionais	139.377	29.978	a
, I	Fluxos de caixa das ativ. de invest.			k
2	Aquisição de ativo imobilizado	(17.834)	(22.597)	ir
.	Alienação de operação comerc.	` 5.000 [′]	` 9.500 [′]	l "
	Aquisição de Intangível		(91)	lí
νI	Caixa líquido aplicado nas			l"
)	atividades de investimento	(12.834)	(13.188)	re
ا (Fluxos de caixa das ativ. de financ.		· ——,	d
				ı u

Pagamentos de emprést. principal

Pagamentos de emprest. principa Pagamentos de juros Emprést. tomados partes relac. Pag. de mútuo entre partes relac. Pagamentos de juros sobre mútuo entre partes relacionadas Pag. de passivos de arrendament

Pag. de passivos de arrendame Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamer

Aum. (red.) de cx. e equiv. de cx.
Demonstração do aumento
do caixa e equivalentes de caixa
No início do período

edução (aumento) do caixa e

ı	Total do resultado abrangente, riquido (uos imposio	5	04.2	.00 30.41	' equivalen	tes de caixa	<u>(16.29</u>	95) <u>30.288</u>
ı	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em R\$ mil)								
	_	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de Lucros	Parcela de Resultado a Dispos. AGO	Lucros acumulados	Total
ı	Saldo em 31 de dezembro de 2022	126.000	77.293	9.461	51.351	59.320	59.099	-	382.524
ı	Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	56.411	56.411
ı	Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
ı	Reserva legal	-	-	2.821	-	-	-	(2.821)	-
ı	Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.209	-	-	`	27.209
ı	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	59.099	(59.099)	(27.209)	(27.209)
ı	Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	26.381	(26.381)	` -
ı	Saldo em 31 de dezembro de 2023	126.000	77.293	12.282	78.560	118.419	26.381	•	438.935
ı	Lucro do exercício		-			-		64.280	64.280
ı	Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
ı	Reserva legal	-	-	3.214	-	-	-	(3.214)	-
ı	Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.176	-	-	(1.176)	-
ı	Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	70.201	(26.381)	(43.820)	-
ı	Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	_	-	-	16.070	(16.070)	-
ı	Saldo em 31 de dezembro de 2024	126.000	77.293	15.496	79.736	188.620	16.070	-	503.215

64.280

64.280

56 411

56.411

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 1.CONTEXTO OPERACIONAL: A Moinhos Cruzeiro do Sul S.A. sociedade anônima de capital fechado, ("Companhia"), possuí como seu controlador final o grupo Viterra (localizado na Holanda), com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Rua Coronel Bordini, 110, Bairro Auxiliadora, por meio de suas controladas, tem por atividade operacional a industrialização e comercialização de farinha de trigo e seus derivados. A Companhia possui quatro unidades produtivas localizadas nas cidades de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Olinda (Pernambuco), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará). 2.BASE DE PREPARAÇÃO: 1.Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acórdo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2.Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos na sua gestao. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações tinanceiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras é o real (R\$), representando o principal ambiente econômico no qual a Empresa atua. <u>Uso de estimativas e julgamentos;</u> Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premisas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas estimativas e promiseras estas provinces a estimativa esta popular de provincia esta portações de forma contígua. As représas estas portagistas estas portagistas estas portagistas estas provincias estas prov cas politicas comatores da Companhia e o se valories reportations dos ativos, passivos, receitas e desplesas. Os restinatores relais potient divergir dessas estimativas: As receitantes estimativas e premissas as a revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, a) Incertezas sobre premissas e estimativas. Nota explicativa nº 11 - Prazo de vida útil do ativo imobilizado e impa; Nota explicativa nº 6 - Mensuração de provisão para perda esperada; Nota explicativa nº 14 - Mensuração da provisões para demandas judiciais; Redução dos valores de recuperação dos ativos. A cada data de encerramento das demonstrações financeiras, a Empresa revisa os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros. Questões significativas de avaliação são erroportadas para a Administração do companhia companhia companhia no valor justo de um ativo um passivo a Companhia usa dados obsenávieis de merando tanto quanto posível. divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avallação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa adoso observáveis de mercado, tanto quanto possiven. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avallação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas nas tecnicas de avallação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas nas tecnicas de avallação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas nas tecnicas de avallação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas nas reconstruitados experimentos experimentos experimentos de astrangeiras as incianter registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras, para o resultado utilizamos a taxa da data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários de contratos o cou taba instórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. 3.2. Pleconhecimento de receita: As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita estão demonstração do cumprimento das obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita: Tipo de produto: Venda de mercadorias; Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho incluindo condições de pagamento significativas: Os clientes obtém controle quando as mercadorias; Natureza e época companhia reavalia sua expectativa de devolução na data base do balanço. 3.3.Impostos: *a)Imposto de renda e contribuição social - Corrente*: A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício com a metodologia do Lucro Real Trimestral. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável expensas temporárias na data do palanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como por prejuízos fiscais acumulados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e préditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado mpostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no iplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os mpostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. c)Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são econhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou servicos não for recuperável junto s autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (b) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e o valor líquido dos impostos sobre vendas; e o valor líquido dos impostos sobre vendas, receperável ou a pagar, é incluido como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 3.4.Instrumentos financeiros: a/Pleconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são econhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a eceber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item ião mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado(VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber le clientes sem um componente significativo de finànciámento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (*i)Classificação e mensuração subsequente:* Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao - instrumento patrimonial: ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que

Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetívo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais objetivo seja mainter ativos inanceiros para receper huxos de caixa conhatutais, e seus ternios contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas; Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de divida a VIORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando. VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. <u>Ativos financeiros:</u> A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: Empréstimos e recebíveis; Ativos financeiros mantidos até o vencimento; Ativos financeiros disponíveis para venda; Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <u>Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:</u> Ativos financeiros a VJR; Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, subsequente e ganhos e perdas; Ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. Empréstimos e receivois: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas; Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurados ao vJR são mensurados aos volor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii)Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a somente quando, a Companhiatenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e líquidar o passivo simultaneamente. a)Instrumentos financeiros derivativos: Derivativos são reconhecidos incialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações no valor justo são registradas em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros de contrapartida da rubrica "Instrument iniciamente peio valor justo; quaisquer custos de transaçoes atribulveis são reconnectoos no restutado, quando incorridos. As variações no valor justo são registradas em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" classificados no ativo circulante e não circulante, 3.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. 3.6. Contas a receber de clientes: Estão apresentados a vallores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado sufficiente peia Administração para os créditos cuja recuperação é cenertes à durvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. Informações referentes à abertura do contas a na avaliação indivídual de cada cliente com parcelas em atraso. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para perda esperada estão demonstradas na nota explicativa nº 6. 3.7.Imobilizado: São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperavel, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de perdas acumuladas por reduçao ao valor recuperavel, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso pu uvenda. Eventual panho ou perda resultante da baixa do ativo. (rabuladado como sendo a diferenca entre o valor. un venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. 3.8 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao prezo de venda no curso normal dos nepúcios menos os custos estimados de ue labritação dom base in a capacidade o peracion a normar, mas excluindo cusios de emplesamos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas curcunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.9.Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontação ao seu veltor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos imposta que refilia o custo médio. de ativos não initaricenos. Na estintativa do valor em uso do ativo, os nuxos de carxa futurios estintados sad descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuireis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 3.10.Provisões: *Geral:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem contrato de venda firme, com base no preçó de mercado de um mercado ativo, ou no preçó da transação mais recente com ativos semelhantes. 3.10. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa conflável do valor da obrigação posas ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja remenbolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saida de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como pazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando o se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passados. En administração quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída com contraprestação. Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizadas as unidades de vendas. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor de micro do africamento. O ativo de direito de uso e mensionado inicialmente ao custo, que compreene o vator da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de inicio, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequente posto para quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O átivo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. 4.ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO NOVAS E REVISADAS E RESPECTIVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC: a)Novas normas e interpretações, e alterações às normas: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações HEVISADAS E HESPECTIVOS PHONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC: a/Novas normas e interpretações, e alterações às normas: A Companhia aplicou pela primeira vez catas normas e alterações aos CPCs, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais normas e alterações foram: Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, dentro das exidências para difuylar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. Devem ser divulgadas as seguintes informações: "Os termos e as condições dos acordos; "O valor contábil, e correspondentes rubricas a presentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; "O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento dos acordos; "O valor contiación, e correspondentes rubricas peias quais os tornecedores ja receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; *As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e "Informações sobre o risco de liquidez. Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante: As alterações à IAS 1 publicadas em Janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as clausulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de liquidação para se as clausulas restituivas sao cumprios na data du balarity, e minoduzenna delimição de individação para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: A IAS 1 exige que classifique a dívida como não circulante somente se a entidade puder evitar a liquidação da divida nos 12 meses após a data do relatório. A iniciativa visa melhorar as informações divulgadas por entidades sobre dividas de longo prazo com covenants, e permitir que os investidores entendam o risco de que determinada dívida seja reembolsada antecipadamente A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. 4.1 As normas e alterações emitidas, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo estão identificados a seguir. 182 I/CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis A partir de 1º de janeiro de 2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Companhia deve usar a taxa de câmbio observável mais recente, para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não ident impactos em decorrência dessa alteração. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo em virtude dessas alterações.

MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A.

Sede: Rua Coronel Bordini, 1010 - Bairro Auxiliadora - Porto Alegre - RS







Sede: Hua Coronel Bordini, 1010 - Bairro Auxiliadora - Porto Alegre - HS CNPJ nº 88.301.155/0001-09				CRUZEIRO DO SUL		MAAI		Brunca
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)								
5. Caixa e equivalente de caixa	2024	2023	8. Imobilizado Custo do Imobilizado	Saldo em				Saldo em
Disponibilidades	10.142	5.452		31/12/2023	<u>Aquisição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	31/12/2024
Fundo de Renda fixa	21.829	42.814		184.637	-	(6)	2.359	186.990
Total	31.971	48.266	Máquinas e equipamentos		-	(406)	12.174	204.721
6. Contas a receber	2024	2023	Móveis e utensílios Veículos	7.903 1.602	-	(75)	850	8.678 1.602
Mercado interno	127.836	127.045	Terrenos	3.696	-		-	3.696
Provisão para perda esperada	(3.382)	(5.996)	Obras em andamento	20.810	17.724	(95)	(24.851)	13.588
r remain para para seperana	124.454	121.049	Peças de reposição	31.320		` -	, ,	31.320
7 Importos o recuperor	2024	2023	Instalações	35.051		-	9.468	44.519
7. Impostos a recuperar			Contrato de Arrendamento		110			1.091
Circulante				478.953	17.834	<u>(582)</u>		496.205
Imposto de renda	8.055	7.193	Depreciação Acumulada	Saldo em				Saldo em
ICMS	554	1.768		31/12/2023	Aquisição	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	31/12/2024
Pis/Cofins a compensar	43.197	36.362	Edificações e benfeitorias		(7.624)	240	-	(91.151)
r lo/comile a compensar	51.806		Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	(121.709) (5.624)	(14.647) (515)	349 46	-	(136.007) (6.093)
Não Circulante	31.000	43.020	Veículos	(1.520)	(313)	40		(1.551)
			Instalações	(11.080)	(3.977)	_		(15.057)
ICMS	9.064	13.798	Contrato de Arrendamento		(281)	-	_	(841)
	9.064	13.798		(224.021)	(27.075)	396		(250.700)

...continuação

9.Patrimônio Líquido: a. Capital Social: O capital social integralizado, conforme estatuto social, em
31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$126.000, dividido em 126.000.000 ações ordinárias. b.
Reservas : Reserva de capital - o montante de R\$77.293 foi constituído a partir da associação entre
Predileto Investimentos e Andorsi do Brasil S.A., que cocrreu em 2010. A reserva não sofreu
alterações nos anos posteriores, se mantendo com o mesmo número.Reserva legal - quando apitcável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício
social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de
dezembro de 2024, o valor era de R\$15.496 (R\$12.281 em 2023).Reserva de incentivos fiscais - O
montante de R\$1.176 foi constituído ao benefício fiscal na unidade de MA, totalizando R\$79.736
em 2024 (R\$78.560 em 2023).Reserva de retenção de lucros - em 2023 e 2024 a Companhia não
efetuou distribuição de dividendos. O montante de R\$204.691 compõe o patrimônio líquido demonstrado nas reservas de lucros retidos.

	202	4		2023
Andorsi do Brasil S.A.	Ações 126.000.000	100%	Ações 126.000.000	100%
10. Receita Operacional Receita bruta de vendas Impostos sobre as vendas Descontos concedidos Devoluções e abatimentos	,	(3 (1 (1	2024 48.110 44.432) 7.040) 7.651) 78.987	2023 1.415.173 (30.706) (19.528) (18.041) 1.346.898

orto Alegre(RS), Antonio Celso Bermejo Marcia Regina Crisosto
Diretor Presidente Diretora Financeira
Luciano Kumagai - Contador - CRC 1SP264069 - CPF 164.218.548-50

Jornal do Comércio

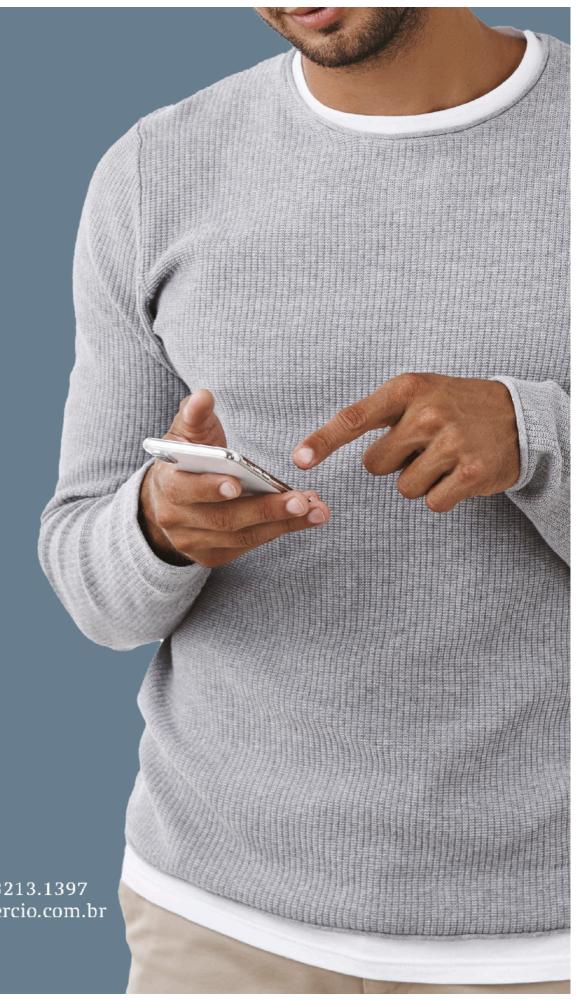
O jornal de economia e negócios do RS

O conteúdo **que faz a diferença** no seu dia a dia.

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



DUBLICIDA DE LEGA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO SINDICATO DOS ARTISTAS DE RUA DO ESTADO DO RIO GRÁNDE DO SUL — SINDARUA/RS A Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Artistas de Rua do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARUA/RS), no uso de suas atribuições, convoca todos os artistas de rua que exercem suas atividades no Estado do Rio Grande do Sul para a Assembleia Geral de Constituição do SINDARUA/RS, a ser realizada no dia 12 de junho de 2025, em primeira convocação às 14 horas, e em segunda convocação às 14h 30 min, na Rua Cabral nº 80 em Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social do SINDARUA/RS; 2. Eleição e posse da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal do SINDARUA/RS; 3. Definição do valor da mensalidade dos associados; 4. Discussão e aprovação do Pano de acão para o primeiro ano de atividades do SINDARUA/RS;

- Discussão e aprovação do plano de ação para o primeiro ano de atividades do SINDARUA/RS;
 Outros assuntos de interesse da categoria.
- Disposições Gerais: Disposições Gerais:

 * Poderão participar da Assembleia Geral todos os artistas de rua que comprovarem o exercício de suas atividades no Estado do Río Grande do Sul, mediante apresentação de documento de identidade e
- comprovante de residência.
- comprovante de residência.

 * Para fins de votação, será exigida a apresentação de documento de identidade com foto.

 * O Estatuto Social do SINDARUA/RS e outras informações relevantes estarão disponíveis para consulta dos interessados na Rua Cabral nº 80

 * Na falta de quórum em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, com qualquer número de presentes, meia hora após o horário estabelecido para a primeira convocação.

 Gramado, 06 de junho de 2025

Simone Janson Nejar Loba Diretora Jurídica da Comissão de Pró Fundação



MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E

DECIDA COM CONFIANÇA.











Instagram

 \oplus

Telefone: (51) 3213.1300 WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br